

Projeto visa melhorar a arrecadação

O Governo deve enviar hoje, ou quarta-feira, ao Congresso Nacional os projetos de lei que visam aumentar a arrecadação tributária de 1990. Entre as medidas, destacam-se a elevação da tributação dos fundos de curto prazo e de empresas exportadoras, aumento da alíquota do Finsocial e recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR) pela Secretaria da Receita Federal e não mais pelo Incra. O governo baixará apenas uma medida através de decreto originário: o aumento do IPI sobre produtos supérfluos.

Os projetos de lei tiveram seus textos elaborados ao longo do dia de ontem por técnicos do Gabinete Civil da presidência da República e da Secretaria da Receita federal. No início da noite, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento reuniram-se para a última avaliação do pacote tributário. No encontro foi definido, quanto o Governo espera arrecadar de forma adicional em 1990.

Se os parlamentares aprovarem os projetos sem emendas significativas o ganho de arrecadação será de NCz\$ 4,2 bilhões. Outros NCz\$ 600 milhões serão obtidos pela tributação mais elevada com IPI de produtos de luxos e supérfluos. Estes recursos serão importantes para o equilíbrio do Orçamento Geral da União (OGU) de 1990, cujo resumo já foi enviado ao Legislativo.

O projeto que eleva a taxa dos fundos de curto prazo poderá gerar um recolhimento extra de NCz\$ 600 milhões em 1990 (valores de maio de 1989). Os técnicos do Governo propuseram que os fundos de curto prazo nominativos sejam tributados, a partir de 1º de janeiro de 1990, em 4,5%, sobre o ganho nominal e, os fundos ao portador, em 6,5%.

Técnicos da Receita Federal explicaram ontem que o aumento na taxa ainda fará com que os fundos de curto prazo sejam uma aplicação atrativa.